



Confiança Política: Um Estudo sobre o Conceito e seu Impacto sobre a Democracia no Brasil e na América Latina.

Arthur Leite de Godoy
Sob orientação da Prof^a. Dr^a. Rachel Meneguello

Centro de Estudos de Opinião Pública - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-Unicamp) no período de Agosto de 2010 a Julho de 2011

Palavras-chave: Confiança Política, Cultura Política, Brasil



O objetivo da presente pesquisa foi observar como o conceito de confiança política opera tanto nas democracias consolidadas quanto nas democracias em desenvolvimento e, em especial, no Brasil. Procurou-se observar de que forma esse conceito funcionava na explicação de caso de certos países e se as explicações nele baseadas podiam ser consideradas válidas.

A metodologia utilizada para examinar o conceito de confiança política baseou-se na re-examinação de parte da bibliografia clássica sobre cultura política (Almond e Verba, 1972). Essa reavaliação permitiu a compreensão dos estudos sobre a formação das avaliações que as populações produzem sobre seus representantes políticos e sobre as instituições responsáveis pelo funcionamento do regime democrático. A partir disso, tornou-se possível entender como se forma a legitimidade política (Easton, 1975), isto é, quais os fatores que influenciam as pessoas para aceitar as autoridades eleitas e as leis que fazem parte do aparato jurídico-legal da democracia. Por fim, chegou-se aos estudos de confiança política propriamente ditos, observados de modo a compreender primeiramente o conceito e, em seguida, as suas aplicações na explicação dos casos empíricos.

Os resultados encontrados estão descritos a seguir: O campo da cultura política compreende a observância dos elementos que influenciam o entendimento e a formulação das opiniões das pessoas acerca dos objetos políticos que as cercam, isto é, como essas populações produzem as suas percepções sobre os governos, as instituições políticas e os representantes eleitos de seus países. Segundo Almond e Verba (1972; 1989), a cultura política seria capaz de notar desde a quantidade de informação que uma pessoa adquire sobre a política assim como as sensações que a política lhe proporciona, incluindo-se também o afeto que o regime político lhe causaria.

Dentro da cultura política, os estudos sobre legitimidade democrática (Easton, 1975) examinam especificamente os elementos que produzem no cidadão a compreensão de que políticos e instituições políticas possuem em si a habilidade de conter valores ou comportamentos que o próprio cidadão tem ou admira. Caso essas instituições e esses políticos possuam esses valores, eles são aceitos por suas populações como sendo instrumentos fidedignos de governo. Como a quantidade de elementos que ajuda na formulação dessa aceitação do regime é vasta, Easton considerou a avaliação do comportamento das autoridades políticas e do regime político em duas dimensões colocadas em um contínuo. O apoio específico, primeiramente, compreende a percepção dos cidadãos sobre seus representantes e que tais representantes conseguiriam transformar as demandas da sociedade em políticas públicas passíveis de execução e abrange, principalmente, a avaliação do governo da vez. Por outro lado, o apoio difuso abrange a avaliação dos cidadãos tomasse a própria democracia e o seu significado geral, independentemente do atual governo.

O próprio apoio difuso se dividiria, mais especificamente, em duas outras dimensões, a legitimidade e a confiança. A legitimidade abarcaria a aceitação dos cidadãos das exigências do regime democrático e criaria, portanto, um comprometimento dessas pessoas na defesa da própria democracia em tempos de crise. A confiança, por conseguinte, seria a segurança de procedimento no regime político, quer dizer, a certeza de que o governo e seus representantes seriam capazes de recolher os apelos da sociedade e de processá-los como políticas públicas que satisfariam os cidadãos.

A confiança política, logo, seria o elemento (Moisés, 2005) que cumpriria a função de preencher a falta de um mecanismo eficiente de fiscalização dos representantes eleitos por parte dos cidadãos. Dessa maneira, os cidadãos poderiam se fiar no fato de que as expectativas colocadas nos seus representantes se transformariam, posteriormente, em realidade objetiva. Além disso, a confiança no regime político auxiliaria no próprio funciona-

-mento da democracia, uma vez que os cidadãos, ao acreditarem que as regras atualmente colocadas agiriam diminuindo a incerteza que cerca suas próprias ações, ajudando a democracia a operar garantindo a ação política que visa à competição por direitos e interesses pacificamente, opondo pontos de vista diferentes como adversários que se toleram e não como inimigos que podem se aniquilar fisicamente.

Olhando o conceito de forma aplicada, diversos autores (Moisés 1995, 2005; Moises e Carneiro, 2008; Power e Jamison, 2008) indicam que as populações latino-americanas possuem baixa confiança em seus governos. Isso acontece porque as pessoas têm, em sua maioria, a percepção de que a economia está ruim, de que o seu nível de renda está mais baixo do que aqueles que os circundam e de que as leis não os protegem, assim como a violência e a corrupção não são devidamente combatidos. Especificamente para o caso brasileiro, as pessoas mais insatisfeitas e mais desconfiadas são homens e de alta escolaridade, enquanto as pessoas de posição socioeconômica inferior e com pouca escolaridade são as que mais confiam e que têm maior satisfação com a presente conjuntura. A insatisfação e a desconfiança entre as pessoas de maior renda e de maior educação, contudo, não se traduzem em uma rejeição à democracia: há um descontentamento imediato, mas não uma recusa do regime. Além disso, a outra consequência que se desenvolve é a presença, no imaginário da população, de modelos de democracia incompletos, isto é, regimes democráticos que funcionariam sem suas instituições principais, como partidos políticos e parlamentos. Essa ideia parece confirmar que a experiência dos cidadãos com seus regimes democráticos reforça as avaliações que eles promovem de seus governos e como existe a noção de que as instituições não são capazes de entregar serviços públicos de qualidade, atendendo aos pedidos dos cidadãos, elas são, doravante, dispensáveis.

A confiança política também é problemática quando as democracias avançadas são consideradas. A Alemanha (cf. Fuchs, 1999) possui atualmente uma diferença de expectativas entre os cidadãos do Leste e do Oeste do país. A adesão ao regime democrático e aos seus valores é bastante alta em todo o país, mas os alemães do lado oriental são mais críticos da democracia alemã, uma vez que eles exigem garantias de direitos sociais que a atual constituição não assevera. Isso causaria tanto uma queda de adesão à democracia liberal instalada na Alemanha e quanto uma queda de confiança. A Suécia apresenta caso semelhante (cf. Holmberg, 1999), no qual mais de 80% da população apóia os valores democráticos, porém, as instituições políticas estão desacreditadas, em especial os partidos políticos. Essa situação teria acontecido devido à alta polarização entre a esquerda e a direita, o que diminuiu expressivamente a representação e a expectativa nos próprios partidos. A economia estagnada e a falta de uma ação política efetiva para mudar a perspectiva econômica, assim como o excesso de notícias negativas sobre a política também explicariam o afastamento dos cidadãos da política.

Com base nesses achados, os trabalhos concluíram que o conceito de confiança política é uma ferramenta válida de análise e que ele é capaz de construir explicações acerca das razões que levam as pessoas a agir dentro do jogo político que lhes é apresentado, razões essas que nem sempre são facilmente observáveis. O constructo, contudo, apresenta dois problemas centrais. O primeiro deles concerne a grande quantidade e heterogeneidade de suas variáveis (renda, confiança interpessoal, educação, dentre outras), que se modificam bastante conforme a explicação de cada caso. Isso poderia acontecer pelo fato de que o conceito foi operacionalizado somente recentemente ou, por outro lado, que cada caso realmente teria o seu conjunto de variáveis explicativas específicas. O segundo problema observado é a prova das assertivas, uma vez que a coleta de informação necessária nem sempre é possível de ser feita, dada a dificuldade de se produzir um survey. Ainda assim, apesar dessas dificuldades, o conceito não perde a sua capacidade explicativa.

